

1 Introdução

“[A Imprensa] força extraordinária tão estranhamente mista de bens e de males, que, sem ela, a liberdade não poderia existir e que, com ela, a ordem mal pode se manter.”

Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*¹

Após a Revolução do Porto (1820) e principalmente após a Proclamação da Independência (1822), o Rio de Janeiro passou por transformações que se acentuavam. A palavra pública rompia as barreiras que anteriormente se impunham ao seu desabrochar e tomava as ruas, delineando a disputa entre projetos para a jovem nação.

O crescimento significativo do número de periódicos circulantes ocorreu em grande medida por ter sido instituída a liberdade de imprensa pelas Cortes portuguesas. O Aviso de 28 de agosto de 1821 estendia esse instituto ao Brasil:

“Tomando Sua Alteza Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores e editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretenderem imprimir: É o mesmo senhor servido mandar que se não embarasse por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto.”²

O texto do Aviso revela as ambigüidades que marcavam o período. Nele não fica especificado de forma clara se a soberania reside no governante, nos moldes do regime absolutista, ou no Povo. A ação da Junta Diretora da Tipografia Nacional é um desdobramento dessa ambigüidade: ela continuou a apresentar uma preocupação

¹ TOCQUEVILLE, A., *A Democracia na América*, Livro I – Leis e Costumes, p. 210.

² Apud SODRÉ, N. W., *História da imprensa no Brasil*, p. 41.

exacerbada com relação ao anonimato dos escritos, demonstrando a insegurança que a liberdade de expressão representava. José Bonifácio, quando assumiu o Ministério do Reino e de Estrangeiros, procurou regular o assunto através da Portaria de 19 de janeiro do ano da Independência:

“Porquanto algum espírito mal intencionado poderia interpretar a portaria expedida em 15 do corrente... em sentido inteiramente contrário aos liberalísimos princípios de Sua Alteza Real e à sua constante adesão ao sistema constitucional, manda o príncipe regente pela mesma Secretaria de Estado declarar à referida Junta que não deve embarçar a impressão de escritos anônimos pois, pelos abusos que contiverem, deve responder o autor, ainda que seu nome não tenha sido publicado, e na falta deste o editorou impressor, como se acha prescrito na lei que regula a liberdade de imprensa.”³.

Ainda que durante o governo de D. Pedro I (1822 a abril de 1831) a margem de manobra dos censores continuasse muito vasta – a censura permanecia o recurso nos casos de agressão à religião, à moral, à Constituição, à pessoa do rei, à tranqüilidade pública e aos bons costumes ⁴ –, o aumento no volume de jornais e, especialmente, no número de títulos independentes da Imprensa Régia reflete de forma clara as mudanças que se processavam no momento, ao mesmo tempo em que contribuía para esse processo de transformações.

A imprensa constitui-se em importante testemunho dos acontecimentos, do debate político e do repertório conceitual mobilizado pelos partidários das diferentes tendências políticas. Mais do que isso, a imprensa foi o *locus* de fundação e conformação de muitas matrizes políticas. Ela é prova de que a vida política, especialmente após a instituição da monarquia constitucional e da consolidação do princípio da representação política – pedra basilar dos regimes liberais – não estava restrita ao circuito palaciano.

O propósito deste trabalho consiste em analisar os projetos políticos veiculados pelos jornais *A Torre de Babel* e *Aurora Fluminense*, ressaltando a visão de liberdade defendida em cada um; resgatar as matrizes teóricas que fundamentaram a defesa dos princípios propagados, o constitucionalismo e o humanismo cívico via experiência americana; e explorar a proposta dos dois redatores acerca da

³Apud SODRÉ, N. W., *História da imprensa no Brasil*, p. 41.

⁴ Cf. arts 90, 99, 119 e 277 a 280 do Código Criminal. Consultar apêndice.

necessidade de civilidade na imprensa, procurando identificar a intencionalidade por trás desse discurso.

Durante as primeiras décadas de sua existência, a imprensa da Corte foi marcada por um tipo particular de escritos, os pasquins. Gerado pela realidade, ao mesmo tempo em que contribuiu para a definição de seus contornos, o pasquim expressava a disputa entre projetos em jogo, e caracteriza-se, por isso, essencialmente como **tribuna política**. Isso significa que o editorial político aparecia em destaque, sendo muitas vezes matéria única, e que havia preponderância da parte opinativa sobre a informativa.

A linguagem desses periódicos era não raro violenta, tanto nos papéis da oposição quanto nos oficiais, nos exaltados como nos moderados, extrapolando para ofensas pessoais em inúmeros casos. Eram escritos de normalmente quatro páginas, cujo preço médio era de 80 réis, produzidos artesanalmente. Pouquíssimos eram assinados, sendo mais comum a utilização de pseudônimos. As epígrafes também eram usuais e, em sua maioria, reveladoras dos posicionamentos políticos dos redatores.

Sem descartar algumas importantes exceções (como o *Jornal do Commercio* – que começou a circular em 1827 e sobreviveu ao fim do Império; a *Astréa* – publicada entre 1826 e 1832; a *Aurora Fluminense* – editada de 1827 a 1835; dentre outros) a maior parte dos pasquins teve vida efêmera e periodicidade irregular por duas razões principais: atendiam a fins imediatos (causas eram derrotadas ou vitoriosas, ou simplesmente perdiam sentido) e/ou eram atingidos pela falta de verbas (ainda não havia venda na rua, o que fazia com que o jornal dispusesse apenas do montante acumulado com as assinaturas).

O jornal era uma mercadoria, mas seu consumo interessava aos responsáveis pela publicação menos pelo lucro e mais por significar a adesão a determinada causa política. Tanto que ninguém se dedicava exclusivamente à redação de periódicos nesse momento. A preocupação em assegurar o retorno financeiro de uma publicação não era no sentido de garantir o sustento de alguém, o objetivo era apenas atingir o limite da sobrevivência da divulgação daquela causa política, o que, por sua vez,

implicava na sobrevivência da própria causa, pela vitalidade que o debate lhe conferia.

Durante a Regência (1831-1840), momento fortemente marcado pela exacerbação das paixões, em que cada um dos grupos em combate procurava impor seu projeto, defendendo seus interesses, alguns redatores começaram a procurar elementos que garantissem sua credibilidade e legitimassem o papel da imprensa de guardiã do interesse público, na tentativa de desvincularem-se da imagem de tribuna política primordialmente voltada para a defesa de interesses privados. Os jornais *A Torre de Babel* e *Aurora Fluminense* são exemplos desse esforço.

A Torre de Babel – cada louco com seu tema totalizou sete edições, circulando entre 9 de janeiro e 6 de março de 1833. O jornal era vendido por 80 réis, tinha 28 centímetros de comprimento e teve seus quatro primeiros números impressos na Typographia de R. Ogier (Rua da Cadeia, nº 142) e as três últimas edições, na Typographia de Gueffier e Companhia, localizada à Rua da Quitanda, nº 79. As assinaturas – que custavam 2\$000 réis por trimestre – e números avulsos poderiam ser adquiridos nas Typographia de R. Ogier e de Pierre Plancher (Rua do Ouvidor, nº 95).

O redator da *Torre de Babel* era o ex-combatente das tropas de Simón Bolívar nas campanhas pela emancipação das colônias espanholas, o General José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, que à época da publicação desse jornal comungava dos interesses dos Restauradores, defendendo o Imperador que abdicara. O jornal foi criado no contexto do debate da reforma constitucional, em 1833, ano que, por essa razão, contou com o maior número de títulos circulantes do período correspondente a todo o Primeiro Reinado e Regências. Durante sua curta circulação, Abreu e Lima atentou para a necessidade dos escritores públicos abandonarem as ofensas pessoais e concentrarem-se nas críticas às opiniões.

Outro grande defensor da necessidade de manter-se a civilidade entre os redatores foi Evaristo Ferreira da Veiga. Importante figura na cena pública por sua atuação política bem como pela *Aurora* que fazia circular, Evaristo era um dos nomes de maior destaque do quadro da Moderação.

O jornal também apareceu em um contexto de crescimento editorial – 1827, aumento de títulos que se explica em larga medida pelo início do funcionamento regular dos trabalhos legislativos, em 1826. A *Aurora Fluminense* circulou entre 21 de dezembro de 1827 e 21 de dezembro de 1835, totalizando 1.134 números. O periódico tinha 30 centímetros de comprimento, era impresso na Typographia do Diário do Rio de Janeiro e também custava 80 réis. Para assinar o periódico e para adquirir os números avulsos, os interessados poderiam dirigir-se às lojas de livros de João Baptista dos Santos, na Rua da Cadeia e Evaristo Ferreira da Veiga e Companhia, na Rua dos Pescadores. O valor da assinatura por trimestre também era de 2\$000 réis. Contrastando com a tendência da época, o jornal foi longêvo e tinha periodicidade regular: inicialmente saía duas vezes por semana (segundas e sextas), a partir de maio de 1828, passou a sair três vezes na semana (segundas, quartas e sextas).

Na *Aurora*, Evaristo defendia ferrenhamente a “*moderação nos escritos*”⁵. Por “moderação”, no entanto, não se deve entender opção pelo silêncio em relação às questões polêmicas; o jornalista defendia apenas que a substância das discussões fosse a argumentação e não insultos. Evaristo da Veiga afirmava que o papel da imprensa era “*instruir e não offender e perturbar*”⁶. Tomados pelas paixões pessoais, os escritores públicos estariam se desvirtuando de sua nobre função.

Dada a extensão do período de publicação da *Aurora Fluminense*, optei por demarcar um corte no conjunto das edições, operando da seguinte maneira: foram selecionados para análise os anos de 1827 e 1828, por corresponderem aos primeiros números do jornal, fundamentais para a observação dos propósitos do redator e de seu posicionamento político; em seguida foram analisados os números de 1831, com especial atenção para aqueles próximos à abdicação (anteriores e posteriores), pois acredito que esse acontecimento – debates, pressões e conseqüências – marca um importante momento na carreira política do redator; por fim, me ative às edições do ano de 1833, nas quais toma corpo a contenda com o outro redator estudado.

⁵ *Aurora Fluminense*, n° 3, 28 de dezembro de 1827.

⁶ *Aurora Fluminense*, n° 3, 28 de dezembro de 1827.

A defesa do decoro nos escritos não significa que a *Aurora Fluminense* tenha atravessado sua existência seguindo incólume essa conduta. Tampouco os interesses pessoais deixaram de ditar a tônica dos escritos. Páginas inflamadas, com invectivas pessoais dirigidas diretamente a contemporâneos seus, são mais comuns do que se poderia esperar de um escritor combativo no sentido do estabelecimento de um acordo tácito entre os redatores em favor da polidez, bem como atravessa os textos a afirmação dos interesses dos moderados.

O mesmo se pode dizer de Abreu e Lima, que em mais de uma ocasião carregou as tintas nos sarcasmos e deboches ao referir-se a algumas figuras da época, e não poupou elogios nas longas defesas dos Caramurus que redigiu. Entretanto, a campanha que ambos levaram às ruas por meio de suas penas, não se torna vazia de sentido, ao menos no tocante às intenções dos redatores em levá-la adiante.

Acredito que as abordagens intertextualista e contextualista de Quentin Skinner são extremamente frutíferas, contribuindo para o alcance de resultados mais consistentes.

Em primeiro lugar, considerar a perspectiva intertextualista, cujo objetivo é estabelecer como e até que ponto o entendimento de um texto de determinada época pressupõe sua relação com outros textos que lhe são contemporâneos, é essencial no estudo da imprensa, na medida em que os jornais não devem ser considerados isoladamente, mas sim como **parte de um debate amplo entre projetos**. O diálogo é intrínseco ao veículo de comunicação em duplo sentido: dialoga com a sociedade e com os demais periódicos.

Já a perspectiva contextualista, que propõe considerar os textos em relação ao contexto intelectual e político em que foi produzido, ou seja, quais são as fontes do autor, as noções que quer desacreditar, quem quer criticar, que grupos pretende alcançar e que visões procura atingir, contribui para a análise, pois a imprensa é assumidamente voltada para o presente. Os jornais não podem ser entendidos senão como concomitantemente expressões da realidade e intervenções dos redatores no debate político da época.

Os jornais *A Torre de Babel* e *Aurora Fluminense* serão, portanto, considerados como parte de um debate mais amplo entre projetos (que toma corpo no ambiente intelectual da Corte) no interior do qual se dá o enfrentamento entre diferentes visões de liberdade, se desenham diferentes concepções e funções das instituições, especialmente da coroa – pautadas na experiência da Monarquia Constitucional e no modelo de liberdade norte-americano – e no qual se produz a discussão dos limites do próprio debate. A ortografia original dos documentos foi preservada nas citações.

Articuladas as duas abordagens, analisar os periódicos considerando as duas dimensões do texto apontadas por Skinner – o significado do texto (o que o autor pretendeu dizer com ele) e o que o historiador inglês denomina a intencionalidade do autor (o que o autor pretendeu com o ato de proferir um texto com aquele significado)⁷ –, enfatizando a originalidade da preocupação com a necessidade de civilidade nos escritos da imprensa por parte dos dois redatores, contribui para uma compreensão singular de um momento extremamente importante da formação brasileira.

⁷ Entrevista de Quentin Skinner à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, in: *As muitas faces da história – nove entrevistas*, p. 320.